



**Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU A ELAS EQUIPARADAS, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37.2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18.2026**

**DATA: 24.07.2026 – aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis – sexta-feira.**

**HORÁRIO: 08:30h (oito horas e trinta minutos) - HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF**

**TIPO: MENOR VALOR GLOBAL COM LANÇAMENTO POR ITEM COMPONENTE DO LOTE**

**Modo de disputa – aberto**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE USO, DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO DESTINADO AO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E GERENCIAMENTO DO VALOR ADICIONADO FISCAL — VAF/ICMS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO CONVERSÃO/MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

**LEGISLAÇÃO:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 3.964/2024 ([https://dosp.com.br/exibe\\_do.php?i=NDQzMTA0](https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=NDQzMTA0)) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:** Sessão pública, por meio da *internet*, através do site <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, realização da licitação na modalidade PREGÃO de forma ELETRÔNICA.

**O público poderá acompanhar ao vivo a sala de disputa através do mesmo endereço eletrônico, clicando em:**

**03. Público – 03.01. Licitação Eletrônica – clicar na licitação em andamento – Sala de Disputa**

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 68.305,28 – SESSENTA E OITO MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS.**

**EDITAL** na íntegra à disposição dos interessados no Setor de Licitações, situado no endereço que consta no cabeçalho deste.

O Edital também disponível no campo próprio no sistema no site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

**Aramina, 26.06.2026.**

**LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE**  
Prefeito

**FÁBIO LIMA DONZELLI**  
Assessor Executivo



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE USO, DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO DESTINADO AO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E GERENCIAMENTO DO VALOR ADICIONADO FISCAL — VAF/ICMS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO CONVERSÃO/MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

**LOCAL:** <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

O **MUNICÍPIO DE ARAMINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de ARAMINA, Estado de São Paulo, na RUA DOUTOR BRÁULIO DE ANDRADE JUNQUEIRA, 795 – CENTRO – ARAMINA – SP – CEP: 14.550-000, telefone (16) 3752-7000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.323.474/0001-02, por determinação do prefeito LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE, torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **PREGÃO – ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE USO, DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO DESTINADO AO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E GERENCIAMENTO DO VALOR ADICIONADO FISCAL — VAF/ICMS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO CONVERSÃO/MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital, além do enquadramento dos licitantes no regime de que trata a Lei Complementar nº 123/2006.

2.2. Caso o ramo de atividade no seu ato constitutivo não seja pertinente ao objeto da contratação, e/ou incompleto, a empresa não será credenciada por não atender as condições de credenciamento.

##### **2.1. Não poderão disputar esta licitação:**

2.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.1.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.1.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.1.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



2.1.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.1.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.1.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.1.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.1.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.1.2. e 2.1.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.1.2. e 2.1.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.8. A vedação de que trata o item 2.2. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 2.9. Da consulta de sanções impeditivas:

2.9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) APENADOS TCES - <http://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>

b) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



Contas da União: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>

c) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> .

d) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) - [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) , <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> .

e) CNEP (Cadastro Nacional de empresas punidas) <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep> .

2.9.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação, respeitando o preceituado na Súmula 51 do TCE/SP.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

3.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico:

<https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/> e/ou através dos vídeos explicativos abaixo:

Solicitação de Chave de Acesso - <https://youtu.be/Godz7U-9DI4>

Alterar Credenciais de Acesso - [https://youtu.be/8Ag\\_eSI-Usl](https://youtu.be/8Ag_eSI-Usl)

CREDENCIAMENTO - [https://youtu.be/uHUSOO2\\_zJE](https://youtu.be/uHUSOO2_zJE)

LANÇAR PROPOSTA - <https://youtu.be/bBAGtmqvBns>

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO - <https://youtu.be/DyrQkv-EKwo>

SALA DE DISPUTA E CHAT - <https://youtu.be/iD3PYww1-fk>

SALA DE DISPUTA (VOLTAR LANCE) - <https://youtu.be/m98d4Ebv4o>

NEGOCIAR ITEM - <https://youtu.be/qYiWTJy4BAc>

SALA DE DISPUTA-DESEMPATAR LANCE - <https://youtu.be/2fwh6d4RePE>

SALA DE DISPUTA – INTENÇÃO DE RECURSO - <https://youtu.be/7EN2Bw9-BK4>

RECURSO E CONTRARRAZÕES - <https://youtu.be/0b3HFrYHAcS>

3.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento acima citados, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

### **4. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/LANCES:**

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



eletrônico no sítio: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

4.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

4.5. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorrida 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.7. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.8. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/> ou [www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br), link licitações, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

## 5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, a partir da liberação do edital, até o horário estabelecido neste edital.

5.2. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.3. As propostas encaminhadas terão prazo de **validade de 60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

5.4. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

5.5. O objeto ofertado deverá atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

5.6. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **menor preço GLOBAL**.

5.7. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com apenas duas casas decimais (0,00)**.

5.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

5.9. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.

5.10. No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a marca e modelo do item ofertado.

5.11. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de marca e inserir a ficha técnica, sempre que solicitadas pelo pregoeiro quando do cadastramento do edital na plataforma, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o encerramento do cadastro de propostas.

5.13. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o julgamento da proposta.

5.14. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5.15. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.**

5.16. Verificar a condição da empresa, caso ela seja ME/EPP, e informar em campo próprio da plataforma.

5.17. O licitante que não informar sua condição, antes do envio das propostas, perderá o direito ao tratamento diferenciado.

5.18. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.19. Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

## 6. ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES

6.1. A partir do horário previsto no edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preços e da documentação de habilitação, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado **no item 4**, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.3. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

6.4. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



6.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances dos demais participantes.

6.8. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

6.9. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

### **7. DA DISPUTA**

7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa, de acordo com o estabelecido no portal:

**I – Aberto:** Com lances com redução mínima de **CEM REAIS** em relação ao menor lance.

7.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.7. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme legislação regente.

7.8. O sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

### **8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR VALOR GLOBAL.**

8.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



8.4. Fica estabelecido o prazo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

8.5. Encerrada a negociação, quando se tratar de critério de julgamento menor preço global ou licitação por lote, caberá ao licitante detentor de melhor oferta **entregar a proposta readequada, nos moldes do Anexo II**, por meio de e-mail: [licitacao@aramina.sp.gov.br](mailto:licitacao@aramina.sp.gov.br) dentro do prazo de **02 (duas) horas**, para a devida juntada aos autos licitatórios. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

8.6. As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento;

8.7. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei n.º 14.133/21**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas neste Edital.

8.8. Será desclassificada a proposta que:

8.8.1. Não atender as exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.8.2. Apresentar preço baseado em outras propostas, inclusive como oferecimento de redução sobre a de menor valor;

8.8.3. Apresentar preços excessivos, considerando os valores estimados.

8.8.4. Ofertar proposta de preços com valor diferente do preço informado na proposta comercial;

8.8.5. Não se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.

8.9. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos EDITAL, a contada convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

8.10. A inobservância aos prazos elencados no EDITAL, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

8.11. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.12. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

8.13. O Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço;

8.14. Quando se tratar de critério de julgamento por lote ou menor preço global, havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados (valores unitários finais acima de qualquer dos valores propostos ou acima dos valores unitários estimados).

8.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, serão analisados os documentos de habilitação.





## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



8.16. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

### **9. HABILITAÇÃO**

9.1. Todos os documentos relativos à habilitação dos licitantes deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada por meio eletrônico, concomitantemente com a proposta de preços inicial, até a abertura da sessão pública, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), preferencialmente no formato (extensões) “pdf”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma por meio do site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, sob pena de inabilitação se assim o licitante não proceder.

9.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.3. Ficará franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de **30 (trinta) minutos**, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

9.4. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.5. Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante do **item 9.1**, deverão ser relacionados e apresentados **apenas caso o pregoeiro solicite** e serão entregues no Paço Municipal de Aramina, no endereço que consta no preâmbulo deste Edital **em até 03 (três) dias úteis** após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.6. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

9.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.8. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.9. A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

### **10. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 10.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT**);

e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidões de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual (relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, inscritos em dívida ativa) e Fazenda Municipal (mobiliária).

g) Declaração de idoneidade, concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos, regularidade perante o Ministério do Trabalho e outros à participação;

h) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

i) Declaração para fins da Lei Complementar n. 123/2006 (quando for o caso);

10.1.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

10.1.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

10.1.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de **eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**;

10.1.4. a não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 10.1.3.** implicará na **decadência do**



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



**direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais, **procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.**

### 10.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II, da Lei nº 14.133/21;

a.1) Caso o participante deste certame esteja em recuperação judicial, deverá apresentar, durante a fase de habilitação, o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

### 10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.3.1. **Capacidade técnico-operacional:** Atestado de capacidade técnica que comprove que a empresa licitante prestou serviços compatíveis com o objeto deste certame.

10.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.3.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.3.4. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### 11. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

11.1. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **Anexo VIII**;

11.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo apresentado no **Anexo III** deste edital;

11.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo apresentado no **Anexo IV** deste edital;

11.4. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, informando os dados do responsável pela assinatura do contrato, conforme modelo apresentado no **Anexo IX** deste edital;

11.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

11.6. Eventuais erros e/ou vícios sanáveis, tais como: falta de assinatura; falta da declaração; poderão ser sanadas no ato do pregão, desde que o representante possua poderes para tanto, e que não seja erro e/ou vícios substanciais que possa gerar dúvidas e/ou conflito de intenções.

### 12. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

12.1. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração máxima de 30 minutos.

12.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido neste edital, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

1225.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

12.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

12.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei Federal 14.133/2021.

12.6. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

12.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.9. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.10. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação.

12.11. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata a **cláusula 7**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

12.12. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, ou, na falta desta, com base na classificação, com vistas à redução do preço.

12.13. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.14. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas,



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

12.15. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta e habilitação.

12.16. A qualquer momento, o agente de contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.

12.17. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

12.18. Será declarada vencedora a licitante que, na etapa de lances, apresentar o **MENOR VALOR GLOBAL**.

### **13. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

13.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

13.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de até 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão;

13.3. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciada na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema.

13.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso, pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser, realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.6. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **14. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

14.1. Os serviços terão início imediato, após a emissão da respectiva ordem de início de serviços.

### **15. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS**

15.1. Ficará determinado pela secretaria demandante servidor designado para fiscalizar os serviços contratados.

15.2. A fiscalização será realizada observadas as condições estabelecidas no contrato, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo VII** deste Edital.



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### 16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a PREFEITURA, finalizada a medição dos serviços, a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura.

16.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do aceite da nota fiscal- eletrônica/fatura.

16.3. A nota fiscal-eletrônica/fatura **que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata a cláusula anterior** começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal-eletrônica/fatura, **sem incorreções.**

16.4. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em nome da contratada, conforme o número da conta corrente, banco e agência previamente informado nela contratada para os pagamentos via crédito **conta corrente.**

16.5. O preço ofertado permanecerá fixo e poderão ser reajustados, desde que cumpridos os pressupostos paratanto, nos casos previstos em lei.

### 17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregara documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento quetenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

c) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

e) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

f) deixar de apresentar amostra, se for o caso;

g) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

h) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

i) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

k) fraudar a licitação;

l) comportar-se de modo inidoneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

m) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

n) induzir deliberadamente a erro no julgamento;





## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



o) apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for o caso;

p) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

q) praticar ato lesivo previsto no art. 50 da Lei nº 12.846/2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa à infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4. A multa será de acordo com o Capítulo XXII - DAS SANÇÕES, do Decreto Municipal nº 3.964/2024.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de prego, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

17.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

17.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico da concorrência ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

18.3. A resposta a impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sitio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico da concorrência, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior a data da abertura do certame.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

*02 02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO 020250 SEÇÃO DE SECRETARIA 04 122 0065 2020  
0000 Gestão das Atividades da Secretaria 3.3.90.40.00SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
RECURSO: PRÓPRIO*

### 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a **sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido**, desde que não haja comunicação em contrário pelo agente de contratação.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, afinalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na Inteira, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sitio oficial [www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br) e na plataforma eletrônica da concorrência.



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



### **21.11. Integram o presente edital:**

- a) Anexo I – Termo de referência;
- b) Anexo II – Modelo de proposta de preços;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de idoneidade, concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos, regularidade perante o Ministério do Trabalho e outros à participação;
- d) Anexo IV – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
- e) Anexo V – Minuta de credenciamento;
- f) Anexo VI – Declaração para fins da Lei Complementar n.123/2006;
- g) Anexo VII – Minuta contratual;
- h) Anexo VIII – Declaração perante o Ministério do Trabalho;
- i) Anexo IX – Dados do responsável pela assinatura do contrato.

23.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Igarapava, do Estado de São Paulo.

Aramina, 26.06.2026.

**LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE**  
**PREFEITO**



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. DO OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO, MEDIANTE LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE USO, DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO DESTINADO AO CONTROLE, ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE E GERENCIAMENTO DO VALOR ADICIONADO FISCAL — VAF/ICMS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO CONVERSÃO/MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

##### 2. DO QUANTITATIVO E QUALITATIVO:

| LOTE ÚNICO |             |                |        |  |  |
|------------|-------------|----------------|--------|--|--|
| Item       | Código      | Unidade        | Quant. | Descrição  | Valor máximo por unidade aceito pela Administração – R\$ |
| 1          | 069.001.020 | Serviço        | 01     | Conversão/migração de dados, implantação, parametrização e treinamento inicial do sistema de controle e gerenciamento do VAF/ICMS                                  | 6.385,76   |
| 2          | 069.001.021 | Serviço mensal | 12     | Licença/locação de uso do sistema integrado de controle, acompanhamento, análise e gerenciamento do VAF/ICMS, incluindo suporte técnico, manutenção e atualizações | 5.159,96 (por mês)                                       |

Demais cláusulas e condições disponíveis em documento complementar do Anexo I, localizado ao final deste Edital.



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### ANEXO II

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: \*\*\*\*\*

#### DADOS DO LICITANTE

Denominação:

Endereço:

CEP: Fone: Fax: E-mail:

CNPJ:

**Banco, Agência e Conta Corrente na qual a Prefeitura Municipal de Aramina deverá efetuar os pagamentos via crédito conta corrente:**

Observação: A apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

| LOTE ÚNICO |             |                |        |  |                      |                   |
|------------|-------------|----------------|--------|--|----------------------|-------------------|
| Item       | Código      | Unidade        | Quant. | Descrição  | Valor unitário – R\$ | Valor total – R\$ |
| 1          | 069.001.020 | Serviço        | 01     | Conversão/migração de dados, implantação, parametrização e treinamento inicial do sistema de controle e gerenciamento do VAF/ICMS                                  |                      |                   |
| 2          | 069.001.021 | Serviço mensal | 12     | Licença/locação de uso do sistema integrado de controle, acompanhamento, análise e gerenciamento do VAF/ICMS, incluindo suporte técnico, manutenção e atualizações |                      |                   |

OBS: Nos preços cotados acima já estão incluídas vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais material, despesas, administrativas, seguro, frete, lucro e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Que, nos termos do Artigo 63, IV, § 1º, da Lei 14.133, de 01/04/2021, a proposta econômica apresentada já compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Declaro que, caso seja requisitada amostra, nos comprometemos a enviá-la no prazo determinado no termo de referência.



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



**Validade da proposta:** (mínimo de 60 dias).

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

Aramina- SP, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do representante legal  
Nome e CPF do representante legal





## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E OUTROS À PARTICIPAÇÃO.

*[em papel timbrado da Empresa]*  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. XXX/2026**  
**TIPO: MENOR PREÇO.**

**OBJETO: \*\*\*\*\***

Eu (*nome completo*), representante legal da empresa (*nome da pessoa jurídica*), interessada em participar do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2026**, realizado pela **Prefeitura Municipal de Aramina**, declaramos, para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, o quanto segue:

- 1) Que até a presente data, não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, nem foi condenada judicialmente nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não subsistindo a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação na PREGÃO ELETRÔNICO em epígrafe, inexistindo também qualquer fato impeditivo de contratar com a Administração Pública Municipal, conforme previstos na legislação de regência;
- 2) Que examinamos criteriosamente os documentos deste Edital, temos pleno conhecimento e estamos de acordo com todos os termos do edital, e julgamos suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos;
- 3) Que inexistem no quadro da empresa sócios e/ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de ARAMINA, nos cargos de direção, chefia ou que exerçam função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
- 4) Que cumprimos com o disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 5) Que cumprimos com o disposto no Artigo 117, da Constituição Estadual, e no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, que trata da saúde, higiene e segurança do trabalho;
- 6) Que, nos termos do parágrafo 6º do artigo 27 da Lei Estadual n.º 6.544 de 22/11/1989; e do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- 7) Que cumprimos com o disposto no Artigo 117, da Constituição Estadual, e no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, que trata da saúde, higiene e segurança do trabalho;
- 8) Que, nos termos do Artigo 63, IV, § 1º, da Lei 14.133, de 01/04/2021, a proposta econômica apresentada já compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- 9) Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10) E, por fim, que, nos termos do artigo 1º, da Lei n.º 10.218, de 12 de fevereiro de 1999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção, em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade, ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, e, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

*[local]* XXXX de XXXX de 2026.

---



**Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**OBJETO: \*\*\*\*\***

A (nome da licitante), por seu representante legal (documento em anexo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, com sede na XXXXX, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

Sendo a expressão da verdade, subscrevemo-nos.

Nome do licitante e representante legal.

\_\_\_\_\_



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



### **ANEXO V**

#### **MINUTA DE CREDENCIAMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO NºXXX/2026**

**OBJETO: \*\*\*\*\***

A (nome da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede na xxxxx, por seu representante legal, Sr..... (nome e qualificação), CPF/MF n.º....., RG n.º xxxxx (documentos anexos), credencia como seu representante o Sr..... (nome e qualificação), CPF/MF n.º, RG n.º xxxxx (documentos anexos), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formulação de proposta e a prática de todos os demais atos inerentes ao Pregão, na sessão única de julgamento, inclusive poderes para assinatura contratual, nos termos do art. 12, I, da Lei nº 14.133/2021, e nos Artigos 653 e 691, do Código Civil.

Local e data.

Nome do representante legal

---



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### ANEXO VI

#### MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DA LEI COMPLEMENTAR N.123/2006

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026**

**OBJETO: \*\*\*\*\***

(nome / razão social) xxxx, inscrita no CNPJ nº. xxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) xxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx e do CPF nº. xxxxxxxx, **DECLARA**, para fins do disposto na Lei Complementar n. 123 / 2006 e no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2026**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser xxxxxxxx (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

Local e data.

Nome do representante legal

**Obs.** A falsidade da declaração prestada nos moldes do item acima, objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa consistente na aplicação de multa, no importe de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta apresentada, bem como na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos.

---



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

(Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

MINUTA DE CONTRATO Nº. XXX/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE E A EMPRESA \*\*\*\*\***

Por esse instrumento de Contrato que entre si fazem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA, Estado de São Paulo, com sede na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP – CEP: 14550-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.323.474/0001-02, neste ato representado pelo prefeito LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE, residente e domiciliado em Aramina/SP,** doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a **empresa \*\*\*\*\*** e neste ato representada por **seu representante legal infra-assinado**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no processo epígrafado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº. 3.964 de 03 de janeiro de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO(art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **\*\*\*\*\***, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  |  |  |  |
|--|--|--|--|

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Estudo Técnico Preliminar;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **DOZE MESES** contados do(a) data de assinatura, prorrogáveis por igual período, conforme art. 107 e 108 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

#### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. Aos gestores caberão:

3.1.1. Gerenciar as atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### **3.2. Aos fiscais caberão:**

3.2.1. Acompanhar o efetivo cumprimento do objeto contratado e auxiliar o gestor com informações que possibilitem a tomada de decisão e validação do ateste da execução do objeto contratado.

3.3. Todas as ocorrências verificadas na execução do contrato devem ser registradas durante toda a vigência contratual, cabendo aos gestores e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições previstas no instrumento contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.4. O fiscal poderá realizar suas atividades por amostragem, desde que estabelecida, em processo próprio, a metodologia para o estabelecimento da amostra. As decisões e providências que ultrapassem a atribuição do gestor/fiscal devem ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

### **4. CLÁUSULA QUARTA-SUBCONTRATAÇÃO:**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, Ve VI)**

#### **5.1. PREÇO**

5.1.1. O valor da contratação é de R\$\*\*\*\*\* , perfazendo o valor total de R\$\*\*\*\*\*.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até trinta dias**, contados do aceite da Nota Fiscal/Fatura.

5.2.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA pelo critério pro-rata die de correção monetária.

#### **5.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3.3. O setor competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;





## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.3.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



6.2. Após o interregno de que trata a cláusula anterior, no caso de prorrogação contratual, aplicar-se-á o índice IPC-FIPE-SP acumulado, contados a partir da data do orçamento estimado.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)**

#### **7.1. São obrigações do Contratante:**

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.7.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 DIAS ÚTEIS para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração de forma remota para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art.137,II);

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas–CNDT;

8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução do objeto.

8.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado:

9.7.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.7.2. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art.92, XII e XIII)**

10.1. Da CONTRATADA não será exigida garantia da execução dos serviços.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



**a. Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**b. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**d. Multa.**

11.2. Conforme Capítulo XXII do Decreto Municipal 3.964/2024.

11.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus



## **Prefeitura Municipal de Aramina - SP**

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina – Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.12. Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art.92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:\*\*\*\*\*

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº14.133, de





## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Igarapavapara dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Aramina, XX.XX.2026.

**LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE**  
**PREFEITO**  
**CONTRATANTE**

\*\*\*\*\*

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃODADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAMINA/SP.**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM): /2026.**

**OBJETO: \*\*\*\*\***

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP — CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Aramina, data da assinatura digital.

#### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### Pela contratada:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: \*\*\*\*\*  
Cargo: \*\*\*\*\*  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) – O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; derresponsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
[www.aramina.sp.gov.br](http://www.aramina.sp.gov.br)



### ANEXO VIII – DECLARAÇÃO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026**

**OBJETO:** \*\*\*\*\*

(nome/razão social), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., Inscrição Estadual nº.....e Inscrição Municipal nº....., **DECLARA**, para os devidos fins de direito, que a proponente não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, ainda, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Aramina- SP, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 2026.

Assinatura do representante legal

Nome do representante:

RG do representante:

---



## Prefeitura Municipal de Aramina - SP

CNPJ nº. 45.323.474/0001-02  
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795  
Centro - Aramina - Estado de São Paulo  
www.aramina.sp.gov.br



### ANEXO IX – DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA CONTRATUAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026**

**TIPO: MENOR PREÇO.**

**OBJETO: \*\*\*\*\***

|  |                       |                     |      |
|--|-----------------------|---------------------|------|
| Razão Social:  |                       |                     |      |
| CNPJ:  |                       | Inscrição Estadual: |      |
| Endereço:  |                       |                     |      |
| Bairro:  |                       | Cidade/Município:   | UF:  |
| DDD:   | Telefone:             | Celular:            | CEP: |
| Endereço Eletrônico:   |                       |                     |      |
| Responsável pela Assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços (se sócio nos termos do contrato social) ou seu Representante Legal através de Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida: |                       |                     |      |
| Nome:  |                       |                     |      |
| RG nº:   | Órgão Expedidor:      | CPF nº              |      |
| Data Nasc:   | E-mail Institucional: |                     |      |
| E-mail Pessoal:  |                       |                     |      |
| Estado Civil:  | Profissão:            |                     |      |
| End. Residencial Completo:   |                       |                     |      |
| Bairro:  |                       |                     |      |
| Cidade:  | UF:                   | CEP:                |      |
| Qualificação:() Sócio:cargo/função () Representante Legal:   |                       |                     |      |
| DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA (PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE)  |                       |                     |      |
| Banco:   |                       |                     |      |
| Agência:   |                       |                     |      |
| Número da conta:   |                       |                     |      |

### OBSERVAÇÕES:

O responsável pela assinatura deverá ser representante legal da empresa e ter plenos poderes para assinatura do instrumento contratual. Tratando-se de procurador, seu nome deverá constar em procuração lavrada por instrumento público ou particular, da qual constem **poderes para assinar o instrumento contratual**, acompanhada do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para disponibilização, mediante locação/licenciamento de uso, de sistema informatizado integrado destinado ao controle, acompanhamento, análise e gerenciamento do Valor Adicionado Fiscal — VAF/ICMS do Município, incluindo conversão/migração de dados, implantação, parametrização, treinamento, suporte técnico, manutenção e atualizações, pelo período de 12 (doze) meses.

**1.2.** O sistema deverá permitir à Administração Municipal a recepção, importação, conferência, cruzamento, análise e emissão de relatórios relativos às informações fiscais utilizadas na apuração do Valor Adicionado Fiscal, especialmente aquelas relacionadas ao Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.

**1.3.** A implantação, a conversão/migração de dados, a parametrização e o treinamento inicial deverão ocorrer nos 03 (três) primeiros meses de vigência contratual, sem prejuízo da disponibilização do sistema, suporte técnico, manutenção e atualizações durante todo o período de 12 (doze) meses.

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Tributária Municipal de ferramenta tecnológica específica para o controle, acompanhamento e gerenciamento das informações relacionadas ao Valor Adicionado Fiscal — VAF/ICMS, utilizado na apuração do Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.

**2.2.** O acompanhamento adequado do VAF/ICMS é medida de relevante interesse público, pois permite ao Município verificar inconsistências, omissões, divergências ou eventuais perdas de valor adicionado, possibilitando atuação administrativa preventiva, orientativa, de conferência e de adoção das providências cabíveis, dentro dos limites da competência municipal.

**2.3.** A utilização de sistema informatizado específico proporcionará maior eficiência administrativa, segurança no tratamento das informações, rastreabilidade das operações realizadas, padronização dos procedimentos internos, geração de relatórios gerenciais e melhor controle dos dados declarados pelos contribuintes e disponibilizados pelos órgãos competentes.

**2.4.** O sistema deverá possibilitar a análise de informações oriundas de declarações, arquivos e bases fiscais relacionadas ao VAF/ICMS, tais como GIA, SPED EFD ICMS/IPI, PGDAS-D, DEFIS, DIPAM, arquivos disponibilizados pelo Estado de São Paulo, arquivos vinculados ao Simples Nacional e demais documentos ou leiautes pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**2.5.** A contratação também se justifica pela necessidade de capacitação dos servidores municipais, suporte técnico especializado e manutenção contínua do sistema, de modo a assegurar o funcionamento regular da ferramenta durante toda a vigência contratual.

**2.6.** A contratação não tem por objeto sistema geral de arrecadação tributária, lançamento de tributos municipais, emissão de guias ou portal amplo de consulta de débitos, restringindo-se ao controle, acompanhamento, análise e gerenciamento do Valor Adicionado Fiscal — VAF/ICMS.

### **3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA CONTRATAÇÃO**

| <b>Item</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Descrição</b>   | <b>Unidade</b> |
|-------------|-------------------|--|----------------|
| 01          | 01                | Conversão/migração de dados, implantação, parametrização e treinamento inicial do sistema de controle e gerenciamento do VAF/ICMS                                  | Serviço        |
| 02          | 12                | Licença/locação de uso do sistema integrado de controle, acompanhamento, análise e gerenciamento do VAF/ICMS, incluindo suporte técnico, manutenção e atualizações | Serviço/mês    |

**3.1.** Os itens acima integram uma solução única e interdependente, devendo ser contratados em conjunto, pelo valor global da solução, a fim de garantir compatibilidade técnica, responsabilidade integral da contratada e adequada execução do objeto.

**3.2.** A divisão em itens possui finalidade meramente descritiva e orçamentária, não afastando a natureza integrada da solução pretendida.

### **4. DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VALOR ESTIMADO**

**4.1.** A contratação será processada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, em razão da natureza comum do objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no edital.

**4.2.** O critério de julgamento será o de menor preço global, considerando a natureza integrada e interdependente da solução, composta pelos serviços de conversão/migração de dados, implantação, parametrização, treinamento, locação/licenciamento de uso do sistema, suporte técnico, manutenção e atualizações.

**4.3.** A contratação deverá ocorrer em lote único, sem prejuízo da discriminação dos itens para fins de organização da execução contratual, composição de custos, pagamento e fiscalização, tendo em vista que a execução por fornecedores distintos poderia comprometer a compatibilidade técnica, a continuidade operacional, a segurança das informações e a responsabilização integral da contratada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**4.4. O valor estimado da contratação é de R\$ 68.305,28** (sessenta e oito mil, trezentos e cinco reais e vinte e oito centavos), para o período de 12 (doze) meses, conforme pesquisa de preços e memória de cálculo constantes dos autos.

**4.5.** O valor estimado contempla a solução como um todo, compreendendo a conversão/importação de dados, implantação, parametrização, configuração inicial, treinamento dos servidores indicados, disponibilização do sistema em condições de uso, locação/licença mensal, suporte técnico, manutenção e atualizações corretivas, preventivas e evolutivas durante a vigência contratual.

**4.6.** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, a ser indicada pelo setor competente nos autos do processo administrativo.

**4.7.** Em caso de prorrogação contratual, o reajuste de preços observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base definida no edital ou no contrato, mediante aplicação do índice previsto no instrumento convocatório, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

## **5. PARTE 1 — DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA**

### **5.1. Da conversão e migração das bases de dados**

**5.1.1.** A contratada deverá realizar a conversão e/ou migração dos dados atualmente existentes e necessários à operacionalização do sistema, a partir das bases, arquivos e informações disponibilizados pela Contratante.

**5.1.2.** As bases atualmente existentes poderão ser disponibilizadas em banco de dados SQL, planilhas, arquivos digitais ou outro formato tecnicamente viável, conforme disponibilidade da Administração Municipal.

**5.1.3.** A contratada deverá orientar a Contratante quanto aos formatos, leiautes e procedimentos necessários para a migração dos dados, observadas as regras de segurança da informação, sigilo fiscal e proteção de dados.

**5.1.4.** A migração deverá preservar a integridade, consistência, histórico e rastreabilidade das informações convertidas, cabendo à contratada comunicar formalmente eventual impossibilidade técnica de migração de determinado dado ou arquivo.

### **5.2. Da implantação e parametrização**

**5.2.1.** A implantação do sistema deverá ocorrer no prazo máximo de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, conforme definido pela Administração.

**5.2.2.** A implantação compreenderá, no mínimo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



- I — disponibilização do ambiente web;
- II — configuração inicial do sistema;
- III — cadastramento dos usuários indicados pela Administração;
- IV — definição de perfis de acesso;
- V — parametrização de dados do Município;
- VI — migração ou importação inicial das informações disponíveis;
- VII — testes de funcionamento;
- VIII — treinamento inicial dos usuários;
- IX — disponibilização do sistema em condições de uso regular.

**5.2.3.** O sistema deverá ser parametrizado conforme as necessidades da Administração Municipal, observadas as normas aplicáveis à apuração do Valor Adicionado Fiscal e os leiautes oficiais utilizados pelos órgãos competentes.

### **5.3. Do treinamento de pessoal**

**5.3.1.** A contratada deverá realizar treinamento dos servidores indicados pela Contratante, de modo a garantir a adequada utilização do sistema.

**5.3.2.** O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

- I — acesso ao sistema;
- II — cadastro e gerenciamento de usuários;
- III — importação e processamento de arquivos;
- IV — análise de GIA, SPED EFD ICMS/IPI, PGDAS-D, DEFIS, DIPAM e demais arquivos pertinentes;
- V — emissão e exportação de relatórios;
- VI — identificação de inconsistências;
- VII — geração e acompanhamento de notificações;
- VIII — utilização de painéis gerenciais;
- IX — consulta de logs e históricos de operações.

**5.3.3.** O treinamento poderá ser realizado presencialmente ou por meio remoto, conforme definido pela Contratante, devendo abranger até 10 (dez) servidores indicados pela Administração Municipal.

**5.3.4.** A contratada deverá disponibilizar manual de utilização em meio digital, contendo orientações básicas e operacionais do sistema.

**5.3.5.** A impressão de manuais físicos somente ocorrerá se expressamente solicitada pela Administração, mediante justificativa da necessidade e previsão contratual específica.

## **6. PARTE 2 — DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO SISTEMA**

### **6.1. Requisitos gerais**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



- 6.1.1.** O sistema deverá possuir funcionamento em ambiente web, acessível por navegadores de internet atualizados e amplamente utilizados no mercado.
- 6.1.2.** O sistema deverá permitir acesso seguro por meio de usuário e senha, com controle de permissões por perfil de acesso.
- 6.1.3.** O sistema deverá utilizar comunicação segura, com criptografia dos dados trafegados.
- 6.1.4.** O sistema deverá permitir o acesso simultâneo por múltiplos usuários autorizados da Administração, preservando a integridade das informações.
- 6.1.5.** O sistema deverá possuir interface em língua portuguesa, de fácil compreensão e compatível com a finalidade pública da contratação.
- 6.1.6.** O sistema deverá possibilitar a geração, visualização, impressão e exportação de relatórios, preferencialmente nos formatos PDF, XLS, XLSX ou CSV.
- 6.1.7.** Os relatórios emitidos pelo sistema deverão permitir a identificação do Município, podendo conter brasão, nome do órgão, período de referência, data de emissão e usuário responsável.

## **6.2. Segurança, controle de acesso e auditoria**

- 6.2.1.** O sistema deverá possuir controle de usuários, senhas e permissões de acesso.
- 6.2.2.** O sistema deverá permitir a criação de perfis diferenciados de usuários, com restrição de acesso conforme as atribuições definidas pela Administração.
- 6.2.3.** O sistema deverá registrar logs de acesso e de operações realizadas, contendo, sempre que tecnicamente possível:
- I — identificação do usuário;
  - II — data e hora do acesso;
  - III — funcionalidade acessada;
  - IV — inclusão, alteração ou exclusão realizada;
  - V — endereço de origem ou outro elemento técnico de rastreabilidade;
  - VI — histórico de operações relevantes.
- 6.2.4.** Os logs deverão estar disponíveis para consulta pela Administração, com possibilidade de emissão ou exportação de relatórios.
- 6.2.5.** A contratada deverá manter sigilo sobre as informações fiscais, cadastrais, administrativas e operacionais acessadas em razão da execução contratual.

## **6.3. Atualizações e manutenção**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**6.3.1.** A contratada deverá manter o sistema atualizado durante toda a vigência contratual, inclusive quanto a eventuais alterações de leiautes, arquivos, rotinas, parâmetros ou normas que interfiram no acompanhamento do VAF/ICMS.

**6.3.2.** A manutenção compreenderá, no mínimo:

- I — correção de falhas;
- II — atualização de funcionalidades;
- III — adequação a leiautes oficiais;
- IV — suporte à importação de arquivos;
- V — ajustes necessários à continuidade da operação.

**6.3.3.** As atualizações necessárias ao funcionamento regular do sistema deverão estar incluídas no valor contratado, não sendo admitida cobrança adicional por correções ou adequações indispensáveis à execução do objeto.

## **7. PARTE 3 — DAS FUNCIONALIDADES OBRIGATÓRIAS**

Os proponentes não precisam possuir programas com os nomes indicados, nem distribuídos na forma abaixo especificada, entretanto, os programas ou módulos apresentados pelo proponente deverão atender todas as exigências especificadas nos itens que compõem esta parte.

### **7.1. Gerenciamento e controle do Valor Adicionado Fiscal — VAF/ICMS**

**7.1.1.** O sistema deverá possuir módulo específico para gerenciamento, controle, acompanhamento e análise do Valor Adicionado Fiscal do Município.

**7.1.2.** O módulo deverá possibilitar a recepção, importação, tratamento, análise e emissão de relatórios relativos às informações fiscais utilizadas na apuração do Valor Adicionado Fiscal.

**7.1.3.** O sistema deverá contemplar mecanismos de análise dos dados declarados por contribuintes do Regime Periódico de Apuração — RPA, do Simples Nacional, produtores rurais e demais contribuintes ou operações relevantes para a composição do VAF/ICMS.

### **7.2. Remessa, importação e processamento de arquivos**

**7.2.1.** O sistema deverá permitir a importação, leitura ou processamento de arquivos relacionados à apuração do VAF/ICMS, incluindo, quando aplicável:

- I — GIA-ICMS;
- II — SPED EFD ICMS/IPI;
- III — PGDAS-D;
- IV — DEFIS;
- V — DIPAM;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



- VI — arquivos disponibilizados pelo Estado de São Paulo;
- VII — arquivos de produtores rurais, quando aplicável;
- VIII — arquivos XML de documentos fiscais, quando disponibilizados e tecnicamente compatíveis;
- IX — demais arquivos pertinentes à conferência do Valor Adicionado Fiscal.

**7.2.2.** O sistema deverá validar os arquivos importados, indicando inconsistências, erros de leitura, arquivos rejeitados ou registros incompatíveis.

**7.2.3.** O sistema deverá gerar protocolo, comprovante ou registro de importação dos arquivos processados.

**7.2.4.** Os dados recepcionados deverão ficar disponíveis para consulta, análise, geração de relatórios e cruzamentos pela Administração Municipal.

### **7.3. Cadastro fiscal**

**7.3.1.** O sistema deverá permitir o cadastro, alteração, consulta e importação de dados cadastrais dos contribuintes.

**7.3.2.** O cadastro deverá conter, no mínimo:

- I — razão social ou nome empresarial;
- II — CNPJ ou CPF, quando aplicável;
- III — inscrição estadual;
- IV — CNAE principal e secundários, quando disponíveis;
- V — regime de apuração;
- VI — endereço;
- VII — município;
- VIII — telefone;
- IX — e-mail;
- X — situação cadastral;
- XI — responsável contábil, quando disponível.

**7.3.3.** O sistema deverá permitir consulta por, no mínimo:

- I — CNPJ ou CPF;
- II — inscrição estadual;
- III — razão social ou nome empresarial;
- IV — CNAE;
- V — regime de apuração;
- VI — situação cadastral.

**7.3.4.** O sistema deverá permitir a emissão de relatório cadastral dos contribuintes, com possibilidade de exportação em formato editável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



#### **7.4. Configurações da Administração**

**7.4.1.** O sistema deverá permitir à Administração realizar configurações necessárias à operação do módulo de VAF/ICMS.

**7.4.2.** As configurações deverão incluir, no mínimo:

- I — cadastro e gerenciamento de usuários;
- II — definição de perfis e permissões;
- III — cadastro ou atualização de tabelas de CNAE;
- IV — cadastro ou atualização de CFOP;
- V — parâmetros de relatórios;
- VI — modelos de notificações;
- VII — dados de identificação do Município.

**7.4.3.** O sistema deverá permitir que usuários sem permissão específica não tenham acesso às funcionalidades restritas de configuração.

#### **7.5. Análise de GIA e SPED EFD ICMS/IIPI**

**7.5.1.** O sistema deverá permitir a análise de informações relacionadas a contribuintes do Regime Periódico de Apuração — RPA.

**7.5.2.** O sistema deverá possibilitar, no mínimo:

- I — análise mensal por contribuinte;
- II — análise por CFOP;
- III — identificação de CFOPs válidos, nulos ou inconsistentes;
- IV — somatório de entradas e saídas;
- V — comparação com exercícios anteriores;
- VI — emissão de relatórios por contribuinte, competência, CFOP, CNAE ou exercício;
- VII — exportação dos relatórios em PDF, XLS, XLSX ou CSV.

**7.5.3.** O sistema deverá permitir a identificação de divergências, omissões ou variações relevantes para fins de análise administrativa e eventual adoção de providências pela Administração Municipal.

#### **7.6. Análise de contribuintes do Simples Nacional**

**7.6.1.** O sistema deverá permitir a importação, processamento e análise de dados de contribuintes optantes pelo Simples Nacional, especialmente aqueles oriundos de PGDAS-D, DEFIS e demais arquivos disponibilizados pelos órgãos competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**7.6.2.** O sistema deverá possibilitar a apuração, conferência e relatório dos valores relacionados ao VAF/ICMS dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional, observada a legislação vigente e os critérios aplicáveis.

**7.6.3.** O sistema deverá permitir comparação entre competências, exercícios, contribuintes, CNAEs e regimes de apuração.

## **7.7. Análise de DIPAM, produtores rurais e demais informações pertinentes**

**7.7.1.** O sistema deverá permitir o registro, importação ou análise de informações relacionadas à DIPAM e a produtores rurais, quando aplicável à composição do Valor Adicionado Fiscal do Município.

**7.7.2.** O sistema deverá permitir a emissão de relatórios relativos às operações ou informações que possam interferir na composição do VAF/ICMS.

## **7.8. Relatórios de análise do Valor Adicionado Fiscal**

**7.8.1.** O sistema deverá permitir a emissão de relatórios destinados à análise do comportamento do Valor Adicionado Fiscal do Município.

**7.8.2.** Os relatórios deverão contemplar, no mínimo:

- I — valores adicionados por contribuinte;
- II — valores adicionados por exercício;
- III — comparativo entre exercícios;
- IV — comparativo entre valor provisório e definitivo, quando disponível;
- V — evolução mensal e anual;
- VI — análise por CNAE;
- VII — análise por CFOP;
- VIII — análise por regime de apuração;
- IX — ranking de contribuintes;
- X — identificação de contribuintes omissos;
- XI — identificação de variações relevantes;
- XII — relatório de contribuintes de outros municípios, quando houver dados disponíveis e pertinência técnica;
- XIII — relatório de partidas e contrapartidas de CFOP, quando tecnicamente aplicável.

**7.8.3.** Os relatórios deverão ser exportáveis, preferencialmente em PDF, XLS, XLSX ou CSV.

## **7.9. Notificações e comunicações administrativas**

**7.9.1.** O sistema deverá permitir a geração, envio, controle e acompanhamento de notificações ou comunicações administrativas aos contribuintes, contadores ou responsáveis cadastrados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**7.9.2.** O módulo de notificações deverá permitir, no mínimo:

- I — cadastro de modelos de textos;
- II — emissão de notificação individual ou em lote;
- III — pesquisa por contribuinte, CNPJ, CNAE, regime de apuração ou situação;
- IV — envio por e-mail ou disponibilização em ambiente eletrônico;
- V — registro de data e hora de envio;
- VI — registro de leitura, quando tecnicamente possível;
- VII — resposta eletrônica pelo contribuinte ou contador;
- VIII — anexação de documentos pelo usuário externo;
- IX — controle de prazo;
- X — controle de status da notificação;
- XI — reenvio de comunicação;
- XII — emissão de relatório de notificações.

**7.9.3.** As notificações emitidas pelo sistema terão finalidade administrativa e de apoio à atuação da Administração Municipal, não substituindo eventual procedimento formal exigido pela legislação tributária, salvo quando houver previsão legal e regulamentação específica.

#### **7.10. Solicitação de acesso por contribuinte ou contador**

**7.10.1.** O sistema deverá permitir, quando disponibilizado ambiente externo, que contribuintes, contadores ou responsáveis solicitem acesso ao sistema por meio eletrônico.

**7.10.2.** A solicitação de acesso deverá ser submetida à análise e aprovação da Administração Municipal.

**7.10.3.** Após aprovação, o sistema deverá permitir o envio das credenciais ou instruções de acesso ao e-mail cadastrado.

#### **7.11. Painel gerencial e gráficos**

**7.11.1.** O sistema deverá disponibilizar painel gerencial com informações consolidadas sobre o Valor Adicionado Fiscal do Município.

**7.11.2.** O painel deverá conter, no mínimo:

- I — resumo geral do VAF/ICMS por exercício;
- II — valores por regime de apuração;
- III — valores por categoria econômica ou CNAE;
- IV — quantidade de contribuintes por regime;
- V — ranking de contribuintes por valor adicionado;
- VI — gráficos de evolução;
- VII — filtros por ano, contribuinte, CNAE, regime ou município, quando disponível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



## **8. DA PROVA DE CONCEITO OU DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA**

**8.1.** Poderá ser exigida prova de conceito ou demonstração técnica do sistema do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, desde que prevista no edital.

**8.2.** A prova de conceito terá por finalidade verificar, de forma objetiva, se o sistema ofertado atende aos requisitos mínimos e funcionalidades obrigatórias previstos neste Termo de Referência.

**8.3.** A Administração deverá disponibilizar roteiro objetivo de demonstração, contendo as funcionalidades a serem verificadas, os critérios de aceite e os documentos ou telas necessários à comprovação.

**8.4.** A demonstração deverá ser realizada em ambiente funcional do licitante, com massa de dados suficiente para comprovar as funcionalidades exigidas.

**8.5.** Poderão ser exigidas, na demonstração, as seguintes comprovações mínimas:

- I — acesso seguro ao sistema;
- II — cadastro de usuário e restrição de permissões;
- III — cadastro ou consulta de contribuinte;
- IV — importação ou simulação de importação de arquivo fiscal;
- V — geração de protocolo ou registro de importação;
- VI — emissão de relatório de análise por contribuinte;
- VII — emissão de relatório por CFOP, CNAE ou exercício;
- VIII — geração de notificação;
- IX — registro de log de operação;
- X — exportação de relatório em formato editável.

**8.6.** A eventual não comprovação de funcionalidade essencial poderá ensejar a desclassificação da proposta, desde que a exigência esteja expressamente prevista no edital, seja objetivamente demonstrada e conste de relatório técnico fundamentado.

**8.7.** Não deverão ser exigidas funcionalidades meramente estéticas, nomenclaturas específicas de módulos, menus com nomes determinados ou características tecnológicas que não sejam indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa.

## **9. DO SUPORTE TÉCNICO**

**9.1.** A contratada deverá prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual.

**9.2.** O suporte técnico deverá abranger, no mínimo:

- I — esclarecimento de dúvidas operacionais;
- II — apoio à importação de arquivos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



- III — correção de falhas;
- IV — orientação para emissão de relatórios;
- V — apoio à utilização dos módulos;
- VI — orientação sobre atualizações e parametrizações;
- VII — atendimento a chamados relacionados ao funcionamento do sistema.

**9.3.** O suporte poderá ser prestado por telefone, e-mail, sistema de chamados, acesso remoto ou outro meio eletrônico adequado.

**9.4.** A contratada deverá informar canal oficial para abertura e acompanhamento dos chamados.

**9.5.** Os prazos de atendimento deverão observar, no mínimo:

- I — chamados críticos, que impeçam o uso do sistema: atendimento inicial em até 08 (oito) horas úteis;
- II — chamados de média complexidade, que comprometam funcionalidade relevante: atendimento inicial em até 16 (dezesesseis) horas úteis;
- III — dúvidas operacionais e chamados simples: atendimento inicial em até 24 (vinte e quatro) horas úteis.

**9.6.** Os prazos acima poderão ser ajustados no edital ou contrato, conforme a necessidade da Administração e a realidade de mercado apurada na fase preparatória.

## **10. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, SIGILO FISCAL E PROTEÇÃO DE DADOS**

**10.1.** A contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e segurança das informações acessadas, processadas ou armazenadas no sistema.

**10.2.** A contratada deverá observar o sigilo fiscal das informações, bem como as normas de proteção de dados pessoais aplicáveis.

**10.3.** A contratada e seus prepostos ficam proibidos de utilizar, copiar, compartilhar, divulgar ou transferir informações da Contratante para finalidade diversa da execução contratual.

**10.4.** A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação indevida ou qualquer forma de tratamento inadequado.

**10.5.** Ao término do contrato, a contratada deverá disponibilizar à Contratante cópia integral dos dados em formato acessível e tecnicamente utilizável, sem prejuízo da obrigação de sigilo.

**10.6.** Os dados inseridos, tratados ou armazenados no sistema pertencem à Administração Municipal, sendo vedada qualquer retenção indevida pela contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



## **11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** A execução do objeto observará as seguintes etapas:

- I — reunião inicial entre Contratante e contratada;
- II — levantamento das bases, arquivos e informações disponíveis;
- III — configuração do ambiente;
- IV — migração ou importação inicial de dados;
- V — parametrização do sistema;
- VI — treinamento dos usuários;
- VII — testes de funcionamento;
- VIII — aceite provisório da implantação;
- IX — operação assistida;
- X — suporte, manutenção e atualizações durante a vigência contratual.

**11.2.** A contratada deverá indicar responsável técnico para acompanhamento da implantação e atendimento das demandas da Contratante.

**11.3.** A Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e interlocução com a contratada.

## **12. DO RECEBIMENTO E ACEITE**

**12.1.** O recebimento da implantação ocorrerá em duas etapas:

- I — recebimento provisório, após disponibilização do sistema, migração inicial dos dados, parametrização e treinamento;
- II — recebimento definitivo, após verificação do funcionamento regular das funcionalidades essenciais.

**12.2.** O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade da contratada por falhas, inconsistências, vícios ou problemas identificados posteriormente durante a vigência contratual.

**12.3.** A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desconformidade com este Termo de Referência, edital, proposta ou contrato.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** São obrigações da contratada:

- I — disponibilizar o sistema em condições de uso;
- II — realizar a implantação no prazo contratual;
- III — realizar a migração ou importação dos dados necessários;
- IV — parametrizar o sistema conforme as necessidades da Contratante;
- V — treinar os usuários indicados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



- VI — prestar suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- VII — manter o sistema atualizado;
- VIII — corrigir falhas e inconsistências;
- IX — preservar o sigilo das informações;
- X — garantir a integridade dos dados;
- XI — disponibilizar relatórios e registros de atendimento quando solicitado;
- XII — fornecer manual de utilização em meio digital;
- XIII — comunicar à Contratante qualquer falha, indisponibilidade relevante ou risco à segurança das informações.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

##### **14.1. São obrigações da Contratante:**

- I — fornecer à contratada as informações necessárias à implantação do sistema;
- II — indicar os servidores que receberão treinamento;
- III — indicar os usuários autorizados a acessar o sistema;
- IV — acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- V — comunicar formalmente falhas ou inconsistências identificadas;
- VI — avaliar a implantação e os serviços prestados;
- VII — efetuar os pagamentos devidos, conforme as condições contratuais;
- VIII — zelar pelo uso adequado do sistema pelos usuários autorizados.

#### **15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal.

##### **15.2. Caberá ao fiscal do contrato:**

- I — acompanhar a implantação;
- II — registrar ocorrências;
- III — verificar o cumprimento dos prazos;
- IV — avaliar a prestação do suporte técnico;
- V — conferir relatórios e documentos apresentados pela contratada;
- VI — comunicar à autoridade competente eventuais descumprimentos contratuais;
- VII — atestar, quando cabível, a regular execução dos serviços.

**15.3.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela correta execução do objeto.

#### **16. DA VIGÊNCIA**

**16.1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**16.2.** O contrato poderá ser prorrogado na forma da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, a permanência da necessidade pública e a regular execução contratual.

## **17. DO PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será realizado conforme as condições previstas no edital e no contrato, após o regular ateste da execução dos serviços pelo fiscal do contrato.

**17.2.** O pagamento relativo à implantação poderá ser condicionado ao cumprimento das etapas de conversão/migração, parametrização, treinamento e disponibilização do sistema em condições de uso.

**17.3.** O pagamento mensal da licença/locação do sistema ficará condicionado à disponibilização regular da solução, manutenção, suporte técnico e demais obrigações contratuais.

**17.4.** Caso sejam constatadas falhas, indisponibilidades injustificadas ou descumprimento contratual, a Administração poderá reter total ou parcialmente o pagamento, observado o contraditório e a ampla defesa.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** O descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, no edital, na proposta ou no contrato poderá sujeitar a contratada às sanções administrativas previstas na legislação aplicável e no instrumento convocatório.

**18.2.** Sem prejuízo das demais hipóteses legais, poderão caracterizar descumprimento contratual:

- I — atraso injustificado na implantação;
- II — indisponibilidade recorrente do sistema;
- III — não correção de falhas relevantes;
- IV — ausência de suporte técnico;
- V — violação de sigilo fiscal;
- VI — perda, alteração ou exposição indevida de dados;
- VII — não disponibilização dos dados à Contratante ao final do contrato;
- VIII — inexecução total ou parcial do objeto.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** Todas as funcionalidades, relatórios, documentos e registros gerados pelo sistema deverão conter informações compatíveis com os dados prestados pela Administração, os leiautes oficiais aplicáveis e as normas relacionadas à apuração do Valor Adicionado Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02

Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7011

E-mail: [tributos@aramina.sp.gov.br](mailto:tributos@aramina.sp.gov.br)



**19.2.** A contratada deverá manter documentação técnica e operacional suficiente à comprovação da execução contratual.

**19.3.** A documentação comprobatória referente à implantação, treinamento, suporte, aceite, testes e demais etapas deverá ser juntada ao respectivo processo administrativo.

**19.4.** As exigências deste Termo de Referência deverão ser interpretadas de forma funcional, sendo vedado direcionamento por marca, tecnologia proprietária, nomenclatura específica de módulos ou características que não sejam indispensáveis ao atendimento da necessidade pública.

**19.5.** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observadas as normas legais aplicáveis às contratações públicas, à segurança da informação, ao sigilo fiscal e à proteção de dados.

**19.6.** Todas as funcionalidades, relatórios, documentos e registros gerados pelo sistema deverão conter informações compatíveis com os dados prestados pela Administração Municipal, observando a legislação aplicável, os leiautes oficiais pertinentes, as orientações dos órgãos competentes, inclusive da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, da DIPAM/SEFAZ-SP e da Receita Federal do Brasil, quando aplicável, bem como as regras de segurança da informação, sigilo fiscal e proteção de dados.

**19.7.** A documentação comprobatória referente à implantação, treinamento, suporte, aceite, testes, chamados técnicos e demais etapas de execução deverá ser juntada ao respectivo processo administrativo, preferencialmente em meio digital, sem prejuízo de impressão quando necessária ou solicitada pela Administração.

*Aramina/SP, data da assinatura digital.*

Mateus da S. Zanqueta

Fiscal Tributário

Matrícula 6458